



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE SETUBAL
Realizada em 11 de junho de 2024

N.º 13/2024

Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se, pelas nove horas e quarenta e quatro minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Setúbal, de acordo com o Edital n.º 173/2024, sob o registo n.º 1.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores, Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Joel Alexandre Neves Marques (PS), Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz (PS), Cátia Rosalina Serrado Alves Gomes Rosado (PS), Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PSD) e Rute Isabel Ramos Perdigão (PSD).

O senhor Vereador Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz (PS) esteve presente em substituição do senhor Vereador Fernando Miguel Catarino José (PS), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 2 e 3.

A senhora Vereadora Cátia Rosalina Serrado Alves Gomes Rosado (PS) esteve presente em substituição do senhor Vereador Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 4 a 7.

O senhor Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição do senhor Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 8 e 9.

A senhora Vereadora Rute Isabel Ramos Perdigão (PPD/PSD) esteve presente em substituição da senhora Vereadora Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 10 e 11.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 12.

Ordem de Trabalhos

Ponto único:

Deliberação n.º 354/2024 – Proposta n.º 09/2024 – GADSEA – Candidatura da Arrábida a Reserva da Biosfera

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.º 13 a 15, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Sr. Presidente – Disse ser uma iniciativa da Associação dos Municípios da Região de Setúbal, que se iniciou em 2016 e, por razões que fundamentalmente tinham a ver com um período difícil que viveram, a pandemia, se arrastou até àquele momento.

Disse que tiveram acesso aos documentos que foram distribuídos, falavam de um parque natural, que já tinha a classificação dos espaços, e que aproveitando um programa da UNESCO, por aquela forma, se pretendia melhor conciliar os valores naturais com as atividades humanas. Muitas vezes, se ignorava as atividades humanas que se desenvolviam nessas áreas protegidas, o que era facto, era que, praticamente em todas as áreas protegidas em Portugal tinham atividades humanas, umas mais acentuadas, até com impactos significativos, e outras menos, como existia também no Parque Natural da Arrábida.

O objetivo fundamental era identificarem-se as atividades humanas, que se podiam desenvolver naquela área protegida, e procurar que essas atividades humanas fossem integradas, exatamente, num desenvolvimento sustentável, num equilíbrio entre os impactos, ou os efeitos, da atividade humana com a salvaguarda dos valores ambientais.

Em 2016 tinha sido estabelecido um protocolo entre os municípios que integravam essa área Setúbal, Palmela e Sesimbra, e era com base nesse protocolo que se estabelecia aquela parceria que tinha, a coordenação da Associação dos Municípios da Região de Setúbal, e que, como não podia deixar de ser, integrava também o ICNF. Era naquela parceria que se considerava que o documento estava finalizado para ser apresentado às entidades competentes, e fazê-lo formalmente no dia do próximo dia 17, e aguardar as avaliações que teriam de ser feitas e, provavelmente, pelo menos pelo que estava previsto, só em setembro do próximo ano é que haveria uma resposta definitiva àquela candidatura.

Era um caminho que tinha que ser feito, porque para além da avaliação das entidades a nível nacional e todos os procedimentos que era necessário desenvolver, havia também que aguardar as visitas dos técnicos da UNESCO, que iriam visitar, e conformar aquilo que era a proposta do plano de ação, e da avaliação, com os objetivos daquele programa da UNESCO.

A proposta era essa, que aprovassem aquela candidatura, e certamente, para poderem acompanhar todo aquele processo com o objetivo de defender melhor o nosso património natural que era a Serra da Arrábida.

Sra. Vereadora Rute Perdigão – Disse que tinha algumas questões.

Viu o organograma do modelo de governação, e na comissão executiva estavam as diferentes câmaras municipais e estava o ICNF, também na parte executiva, mas depois na entidade gestora estava a Associação de Municípios. Disse que gostaria de perceber um bocadinho melhor, porque, tendo em conta o conhecimento que tinha e a experiência naquelas diferentes localidades, o ICNF por vezes, fazia muitos entraves, ou, pelo menos colocava algumas barreiras na questão das dinâmicas com as populações, e com as idas, por exemplo, à serra, e outras dinamizações.

Por isso, disse que gostaria de saber, se isso era acautelado porque aquela candidatura tinha muito a ver com a Arrábida ser um laboratório vivo, e, trazer muita população à Arrábida e a todas as dinâmicas, portanto, queria saber se isso era acautelado ou não, para não haver problemas depois, a nível de viabilidade e de continuidade do projeto.



Sr. Presidente – Disse que no próprio Plano de Ação, nos objetivos, havia um item, que tinha a ver exatamente com a facilidade ou as condições, do acesso ao território, nas várias classificações que também o território tinha, esse era o grande objetivo. Aquelas entidades, no fundo, a Associação de Municípios que coordenava aquele projeto, mas depois todas as entidades que estavam no território, quem tinha responsabilidades no território eram as câmaras municipais e o próprio ICNF.

No fundo, o que havia que contabilizar, mas isso fazia-se também no trabalho conjunto entre as 3 entidades, no sentido após criar no terreno as condições objetivas de facilitar, ou condicionar as formas de acesso. Isso estava estabelecido com um item a desenvolver, e a implementar.

O que também era salientado era que as organizações que promoviam muitas das visitas, ou quase todas as visitas, aliás, as visitas eram aceites, eram promovidas, presentemente por entidades, não eram as pessoas individuais. Por exemplo, as pessoas poderiam ir ao ICNF e pedir uma visita e, isso era organizado pelo próprio Parque Natural, ou então, as visitas eram pedidas por entidades, que eram entidades que tinham de assumir responsabilidades, de cumprir aquilo que eram os objetivos, as regras que estavam estabelecidas nos vários percursos que estavam identificados e dessa forma, com toda aquela articulação, era mais fácil permitir a visita a todos os que quisessem melhor conhecer esse património e também usufruir na prática dos percursos, mas fazê-lo de uma forma organizada e, portanto, era isso que estava estabelecido, em que essas entidades que promoviam iniciativas com pessoas, cada visita só podia ter um determinado número de pessoas, depois essas entidades, que normalmente eram entidades que tinham técnicos com formação na área do Ambiente e, portanto, tudo isso bem articulado, naturalmente que, dava maiores garantias de não ser nenhum, e da forma como lhe apetecia fazer aqueles percursos, e aquelas visitas, mas ser de uma forma organizada e, controlada e, por isso, com garantias de maior defesa do património.

Sendo que o grande objetivo também daquela candidatura era exatamente que as atividades humanas estivessem previstas, e fossem possíveis, mas de uma forma organizada e controlada.

Quando estavam num parque, numa área territorial, um parque natural que ficava na Área Metropolitana de Lisboa, as pressões humanas eram muito maiores, e estava convencido de que aquele projeto conduziria, exatamente, a que mais pessoas pudessem visitar esse espaço, mas visitá-lo de uma forma a que não pusesse em risco aquilo que eram os valores que justificavam a classificação daquele território como Parque Natural.

Sra. Vereadora Rute Perdigão – Disse ter mesmo a ver com essa preocupação, porque era a sustentabilidade e às vezes acautelava-se demais.

Naquele caso, o que tinha sido dito era importante, obviamente, as questões organizadas, e de serem entidades parceiras, e tinham-no no próprio plano de ação, mas tinha muito a ver, também, com a sustentabilidade, porque às vezes, havia entidades que, naquele caso, estavam mesmo na comissão executiva que, por vezes, para acautelar muita coisa, acabavam por restringir.

Por exemplo, lembrava-se de uma questão, e aqueles municípios tinham lá estado e tinham sentido na pele, na altura dos fogos, o ICNF colocava alguns entraves, até mesmo na proteção da Serra e, portanto, era algo que obviamente preocupa, porque às vezes, naquele exagero de acautelar, não deixar depois viabilizar muitas das coisas que se pretendiam e que estavam contempladas no Plano de Ação.

Consideravam ser muito importante aquela continuidade, desde a candidatura ao Património da Humanidade até ao atual, e obviamente eram dinheiros bons. Os municípios estavam envolvidos e tinham, por exemplo, áreas em termos de educação, de investigação da cultura, portanto, áreas muito importantes, devia ser salvaguardada essa sustentabilidade, mas também deixar margem para que realmente a população voltasse à Serra e voltasse a contemplar e a usufruir dos espaços que: *“nós temos e que são nossos”*.

Sr. Presidente – Disse haver um programa que o Parque Natural desenvolveu e que tinha a ver com os percursos. Disse que na altura, tinha na Câmara Municipal a área do ambiente, e participou nesse projeto e, os 3 municípios assumiram, porque era quem estava mais próximo do território e dos proprietários, a responsabilidade de falar com todos os proprietários, e naturalmente, que não era uma relação fácil, ficavam sempre a ideia de que: *“bom lá vem esta gente invadir a minha propriedade”*. Praticamente, os percursos foram definidos, identificados por uma entidade competente, e havia uma publicação em que estavam todos identificados.

Como sabiam, houve algumas dificuldades nalgumas propriedades, mas pensava que isso, com o tempo, haveria de ser ultrapassado. Aquele era todo um trabalho difícil, porque havia áreas protegidas, que na sua esmagadora maioria eram propriedade do Estado, eram públicas, e, nessas naturalmente, que era mais fácil. Falavam no Parque Natural da Arrábida, que na sua esmagadora maioria do território era propriedade privada e, isso, era um trabalho mais difícil. Mas era por isso também que aquelas entidades públicas tomaram aquela iniciativa e, agora, cabia-lhes fazer aquele papel de ligação aos interesses particulares, de uma forma mais geral. Era um trabalho que lhes cabia, como entidades públicas, promover o interesse público e, naquele caso, por maioria de razão, a defesa do Ambiente e do Património Natural, em tempos tão difíceis, com que se deparavam, como era o caso das alterações climáticas.

Era um caminho que tinham que fazer, e achava que aquele era um bom caminho definido e esperavam era que tivesse condições para se implementar e desenvolver.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sr. Presidente – Disse que diria até por aclamação também, porque uma matéria daquelas justificava um reconhecimento da importância daquele trabalho a que todos tinham responsabilidades.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação da minuta da deliberação tomada, a qual foi aprovada por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram 10 horas.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 04 de setembro de 2024, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 5 folhas numeradas.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por: Aldora Poeira

Conferida por: Ana Paula Lico

Revista por: Paulo Hortênsio

